

PLANO DE APRENDIZAGEM DO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA (CFC)

SOBRE NORMAS TRABALHISTAS NA PANDEMIA

Modalidade: Educação a distância

1. DATA DE INÍCIO: 19 de julho de 2021

2. DATA DE TÉRMINO: 1º de setembro de 2021

3. CARGA HORÁRIA: 30 h/a

4. DESCRIÇÃO

O Curso de Formação Continuada sobre **Normas Trabalhistas na Pandemia**, na modalidade de educação a distância, terá carga horária de **30 horas**, divididas em:

- Ambientação;
- Cinco aulas de conteúdo específico;
- Avaliação Final.

5. OBJETIVO GERAL

Capacitar o magistrado do Trabalho para a aplicação das normas trabalhistas editadas na pandemia.

6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final do curso, o Aluno-Juiz deverá ser capaz de:

- Reconhecer os conceitos gerais, as principais alternativas emergenciais das Medidas Provisórias de nº 927 e nº 1.046;
- Tratar sobre a aplicação das Medidas Provisórias de nº 927 e nº 1.046 (Direito Intertemporal);
- Abordar o COVID como doença ocupacional;

- Compreender as alternativas emergenciais no tocante à redução de jornada e suspensão de contratos propostas pela Lei nº 14.020 e pela Medida Provisória nº 1.045; e
- Entender as demais normas emergenciais editadas em meio à pandemia: Normas Sanitárias (Lei nº 13.979/Portaria SEPT 20); Financiamento de folha (Lei nº 14.043); Proteção à gestante (Lei nº 14.151).

7. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e Preparação para as Atividades	19 a 21/7	2 horas
Aula 1	Considerações gerais, direito intertemporal, principais alternativas emergenciais (MPs 927 e 1.046) - 1ª Parte	22 a 28/7	5 horas
Aula 2	Principais alternativas emergenciais (MPs 927 e 1.046) - 2ª Parte COVID como doença ocupacional	29/7 a 4/8	5 horas
Aula 3	Redução de jornada e suspensão de contratos (Lei 14.020 e MP 1.045) - 1ª Parte	5 a 11/8	5 horas
Aula 4	Redução de jornada e suspensão de contratos (Lei 14.020 e MP 1.045) - 2ª Parte MP 946	12 a 18/8	5 horas
Aula 5	Demais normas emergenciais: Normas Sanitárias (Lei 13.979 / Portaria SEPT 20) Financiamento de folha (Lei 14.043) Proteção à gestante (Lei 14.151)	19 a 25/8	5 horas
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem	26/8 a 1/9	3 horas

ATENÇÃO!

Cancelamento de matrícula:

- O prazo para cancelamento de matrícula será até o dia anterior ao início do curso;
- Somente será possível o cancelamento da matrícula do aluno após o início do curso, mediante justificativa a ser analisada pela ENAMAT;
- O pedido de cancelamento deverá ser requerido pelo próprio magistrado à respectiva Escola Judicial, que após encaminhará para deliberação da ENAMAT.

